



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 165 – Dezembro/2019

**Fatores Explicativos para o
Desempenho Fiscal dos
Municípios Cearenses.**

Paulo Pontes

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário (respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltró Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 165 – Dezembro/2019

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2019

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2019

ISSN: 2594-8717

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho.

Nesta Edição

É analisada a situação fiscal dos municípios cearenses no período 2010 a 2018, buscando identificar, via análise de indicadores da contabilidade pública, os fatores que contribuíram para o desempenho das finanças públicas municipais.

Sumário

1	Introdução	7
2	Metodologia	8
3	Finanças Públicas dos Municípios Cearenses	11
3.1	As Receitas Municipais	11
3.2	As Despesas Municipais.....	16
4	Apresentação dos Resultados	18
4.1	Alocação da Despesa.....	18
4.2	Composição das Receita.....	21
4.3	Análise Balanço.....	27
4.4	Relação Despesa e Receita	30
5	Considerações Finais	33
6	Referencial Bibliográfico.....	34

Lista de Figuras e Tabelas

Tabela 1: Receita Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018)	13
Tabela 2: Receitas de Transferências e Suas Principais Componentes para os Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018)	16
Tabela 3: Despesas Correntes, de Pessoal e de Capital dos Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018).....	18
Tabela 4: Número municípios pela Participação das Despesas de pessoal na Despesa Corrente	19
Tabela 5: Índice de Participação da Despesa de Pessoal na Despesa Corrente por Faixa de População (%).....	20
Tabela 6: Número de Municípios pela Participação da Despesa de Investimentos na Despesa Total	20
Tabela 7: Índice da Despesa de Capital na Despesa Orçamentária por Faixa de População (%)	21
Tabela 8: Distribuição do Indicador de Complexidade Tributária	22
Tabela 9: Indicador de Complexidade Tributária por Faixa de população.....	22
Tabela 10: Distribuição do Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses	23
Tabela 11: Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa de População (%).....	23
Tabela 12: Distribuição do Indicador da Relação das Receitas de Capital com a Receita Corrente dos Municípios Cearenses (%)	24
Tabela 13: Indicador de Participação das Receitas de Capital dos Municípios Cearenses por Faixa de População (%).....	25
Tabela 14: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses	25
Tabela 15: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses, por Faixa de população.....	26
Tabela 16: Distribuição do Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses	27
Tabela 17: Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa de População.....	27
Tabela 18: Distribuição do Indicador da Situação Financeira dos Municípios Cearenses	28
Tabela 19: Indicador da Situação Fin. dos Mun. Cearenses, por Faixa de População ...	28
Tabela 20: Distribuição do Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses	29
Tabela 21: Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses, por Faixa de População	29
Tabela 22: Distribuição Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearenses...	30
Tabela 23 Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearenses, por Faixa de População	31

Tabela 24: Distribuição da Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Mun. Cearenses	31
Tabela 25: Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Municípios Cearenses, por Faixa Populacional	32
Tabela 26: Distribuição da Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses	33
Tabela 27: Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses, por Faixa Populacional	33
Figura 1: RCL do Estado do Ceará, dos Municípios Cearenses e Receitas Tributárias dos Municípios Cearenses (R\$ 1.000.000 de 2018)	11
Figura 2: Receitas Tributárias e de Capital dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000 de 2018)	12
Figura 3: Receitas de Transferências e seus Principais Componentes para os Municípios Cearenses (R\$1.000.000 de 2018)	14
Figura 4: Despesas Correntes, de Pessoal e de Capital dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000 de 2018)	17
Figura 5: Participação da Despesa de Pessoal na Despesa Corrente, Anos Selecionados	19
Figura 6: Participação da Despesa de Capital na Despesa Orçamentária, Anos Selecionados	21
Figura 7: Distribuição do Indicador de Complexidade Tributária, Anos Selecionados	22
Figura 8: Distribuição do Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados	23
Figura 9: Distribuição do Indicador de Participação das Receitas de Capital dos Municípios Cearenses (%)	24
Figura 10: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses	26
Figura 11: Distribuição do Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados	27
Figura 12: Distribuição do Indicador da Situação Financeira dos Municípios Cearenses, anos selecionados	28
Figura 13: Distribuição do Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados	29
Figura 14: Distribuição Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearenses, anos selecionados	30
Figura 15: Distribuição da Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados	32
Figura 16: Distribuição da Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados	33

RESUMO

A situação fiscal dos municípios brasileiros tem levado, em diversas situações, a pressões por aumento de repasses de recursos públicos federais para esses entes subnacionais, sendo o movimento Marcha dos Prefeitos, realizado anualmente no Distrito Federal, um exemplo. O objetivo desse Informe é analisar o comportamento da situação fiscal dos municípios cearenses no período de 2010 a 2014, com base em diversos indicadores da contabilidade pública para esse fim. Os resultados sugerem a deterioração da situação fiscal dos municípios cearenses, sendo o crescimento das despesas correntes, em especial as de pessoal, um dos principais fatores que explicam essa situação.

ABSTRACT

The fiscal situation of Brazilian municipalities has led, in several situations, to pressure for increased transfers of federal public resources to these subnational entities, with the March of Mayors movement being held annually in the Federal District, an example. The purpose of this Report is to analyze the behavior of the fiscal situation of Ceará municipalities in the period from 2010 to 2014, based on various public accounting indicators for this purpose. The results suggest the deterioration of the fiscal situation of the municipalities of Ceará, with the growth of current expenses, especially those of personnel, one of the main factors that explain this situation.

1 Introdução

O sistema de governo federativo foi adotado no Brasil na época da Proclamação da República, tendo sido o atual formato, em que divide a Federação em União, estados e municípios, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, foram atribuídos aos municípios brasileiros a responsabilidade de prover um conjunto de serviços públicos, como educação, saúde, urbanismos, etc, e as receitas que deveriam financiar essas obrigações.

É interessante observar que essa forma de organização, focada na descentralização do serviço público, é justificada por diversos teóricos, podendo-se destacar Tiebout (1956) como um de seus pioneiros, ao defender que os eleitores escolheriam o lugar onde morar considerando os serviços públicos disponíveis, ou seja, os eleitores votavam com os pés. Assim, dada a concorrência entre as diferentes localidades, a provisão de bens públicos seria eficiente.

Entretanto, com o desenvolvimento da literatura e de análises sobre os municípios cearenses, constatou-se que poderiam haver falhas que comprometeriam a provisão de serviços públicos por entes descentralizados. Como exemplo, pode-se citar Mattos et alii (2009) constata que a excessiva descentralização dos serviços públicos de saúde pode levar a perda de eficiência da gestão desse serviço prestado pelos municípios. Além disso, os autores concluem que pequenos municípios têm maiores gastos per capita e não oferecem melhores serviços.

Souza (2012) por sua vez, ao analisar os 184 municípios do Estado de Pernambuco, constatou que os gestores municipais aumentam os gastos públicos em anos eleitorais, ou seja, o gestor municipal tende a apresentar um comportamento oportunista elevando os gastos para aumentar sua probabilidade de reeleição.

Um terceiro exemplo de problema, o que não exclui a existência de outros, é o chamado *Flypaper Effect* que, em resumo, ocorre quando um aumento das receitas de transferência governamentais é seguido de uma elevação das despesas do governo local em proporção maior que o crescimento da renda. Teixeira (2018) identificou esse fenômeno entre os municípios cearenses.

Dada a distribuição das responsabilidades entre os entes federativos brasileiros e as ineficiências geradas pelos problemas descritos acima a situação fiscal dos municípios brasileiros tem levado, em diversas situações, a pressões por aumento de repasses de recursos públicos federais para esses entes subnacionais, sendo o movimento Marcha dos Prefeitos, realizado anualmente no Distrito Federal, um exemplo.

Nesse sentido, o objetivo desse Informe é analisar o comportamento da situação fiscal dos municípios cearenses no período de 2010 a 2014, com base em diversos indicadores da contabilidade pública para esse fim. Os resultados sugerem a deterioração da situação fiscal dos municípios cearenses, sendo o crescimento das despesas correntes, em especial as de pessoal, um dos principais fatores que explicam essa situação.

Este artigo encontra-se organizado em cinco seções, sendo a primeira essa introdução. Na segunda seção apresenta-se os indicadores utilizados, sendo comentado brevemente a interpretação de cada um. Na terceira seção faz-se uma breve análise dos indicadores fiscais municipais agregados e na quarta apresenta-se a evolução dos indicadores no período 2010 a 2018. Na quinta e última seção são tecidos alguns comentários conclusivos.

2 Metodologia

Para analisar a situação fiscal dos municípios cearenses optou-se pelo uso de diversos indicadores frequentes em artigos científicos e pela contabilidade pública, segmentando em quatro grupos distintos, que evidenciam diferentes nuances das contas públicas: Alocação de Despesas; Composição da Receita; Liquidez; e Relação da Despesa com Receita.

Relativamente ao grupo de Alocação de Despesa foram escolhidos dois indicadores, que são a relação entre a despesa de pessoal com a despesa corrente e a relação entre a despesa com investimentos e a despesa orçamentária, ambos são sugeridos por Riani (2002). No primeiro indicador citado, deve-se frisar que espera-se valores mais elevados, dado que a despesa com pessoal é, de uma forma geral a principal despesa dos municípios, já no segundo indicador busca-se captar como os municípios estão empregando seus recursos para melhorar a infraestrutura local.

No segundo grupo, Composição da Receita, buscou-se escolher um conjunto de indicadores que mensurem tanto a capacidade de gerar receitas próprias como a solidez na obtenção de recursos para o financiamento dos gastos públicos. O Indicador de Complexidade Tributária, sugerido por Araújo e Siqueira (2016), utiliza o índice de Hirschman-Herfindah (IHH) para identificar o quanto a receita tributária é concentrada entre os tributos locais. Deve-se notar que, como são cinco tributos municipais, esse indicador deverá variar entre 0,2, no caso hipotético da receita ser distribuída igualmente entre eles, e 1, quando a arrecadação for concentrada em apenas um tributo (Hoffman, 1998). Espera-se que municípios que possuam uma melhor estrutura tributária apresentem os menores índices.

Os segundo e terceiro indicadores desse grupo, Independência Tributária e relação da receita de capital com receita corrente, são sugeridos por Riani (2002) e tem por objetivo medir o quanto as receitas próprias representam na receita corrente e o potencial de financiamento das despesas de capital com recursos correntes, respectivamente. Espera-se que municípios mais desenvolvidos dependam menos de recursos transferidos da União e do Estado e financiem seus investimentos com recursos próprios.

O quarto indicador, Vinculação das Transferências, tem por objetivo mensurar quanto dos recursos transferidos aos municípios é vinculado a despesas de saúde (SUS), educação (FNDE e FUNDEB) e assistência social (FNAS), permitindo identificar, de forma aproximada, o grau de autonomia que os municípios possuem para alocar os recursos recebidos.

O quinto indicador do segundo grupo, Coeficiente de Variação da Receita, é inspirado na medida estatística do coeficiente de variação, também conhecido como desvio padrão relativo, é um número adimensional que permite comparar quão dispersas é uma distribuição (Hoffmann, 1998). Optou-se por limitar seu cálculo ao valor observado nos quatro anos anteriores para captar efeitos devidos a mudanças na gestão municipal.

O terceiro grupo de indicadores, os de Liquidez, são tradicionalmente relacionados a análise de balanço. No primeiro deles, Kohama (2006) afirma que um resultado maior que 1 é considerado normal, dado que demonstra o quanto há, relativamente a exigíveis de curto prazo, de créditos, valores realizáveis e numerários. De forma complementar, e a partir de 2014, optou-se por calcular o índice de liquidez corrente, cuja interpretação permite concluir quanto há de recursos de curto prazo, como caixa e recursos a receber, para pagar as obrigações que vencem no exercício fiscal.

No quarto e último grupo de indicadores, Relação entre a Receita e a Despesa, o objetivo é identificar como é comprometida a Receita Corrente Líquida dos municípios. Nos dois primeiros indicadores desse grupo, busca-se mensurar o grau de comprometimento das Receita Corrente Líquida para o pagamento das despesas correntes e, especificamente, da despesa de pessoal. É interessante observar que eles também podem ser considerados como *proxy* do grau de rigidez do orçamento dos municípios.

O terceiro indicador desse grupo, financiamento das despesas de capital com receitas de capital, permite identificar quão importante é essa fonte de recursos para o pagamento dos gastos de investimentos, inversões etc. É importante ressaltar que a interpretação desse indicador é complementar àquela que mede a relação da receita de capital com a receita corrente,

Quanto aos dados deve-se frisar que foram obtidos do sistema Finbra, para os anos de 2010 a 2012, e do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), a partir de 2013, que agregam as informações contábeis dos municípios brasileiros. Nesse sentido, foram usados os dados constantes dos RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e do Balanço Orçamentário publicados ao final de cada ano. Na próxima seção, apresenta-se o comportamento, agregado de todos os municípios, de algumas variáveis usadas no cálculo dos indicadores mencionados.

Quadro 1: Indicadores Seleccionados

Descrição	Fórmula	Interpretação
Alocação de Despesa		
Participação da despesa de pessoal na despesa corrente	$100 * \frac{Desp. Pessoal}{Desp. Corrente}$	Quanto maior esse indicador maior o comprometimento do orçamento com despesa de pessoal
Participação da despesa de capital na despesa orçamentária	$100 * \frac{Investimentos}{Desp. Corrente + Desp. Capital}$	Quanto maior esse indicador, mais o município aloca seus recursos em investimentos.
Composição Receita		
Complexidade Tributária	$\sum_i \left(\frac{R_i}{\sum_i R_i} \right)^2$ <i>R_i = IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contr. Melhoria</i>	Quanto mais próximo de 0,2 melhor, indicando que a receita própria do município é distribuída em vários tributos
Independência Tributária	$100 * \frac{Rec. Tributária}{Rec. Corrente}$	Quanto maior, menor a dependência do poder público local de recursos transferidos pela União e pelo Estado
Relação da receita de capital com a receita Corrente	$100 * \frac{Rec. Capital}{Rec. Corrente}$	Um indicador menor reflete uma situação mais sólida sob o ponto de vista de financiamento dos gastos
Vinculação das Transferências	$\frac{SUS + FNAS + FNDE + FUNDEB}{Transferências Correntes}$	Quanto maior esse indicador menor a liberdade do município de recursos em áreas não relacionadas a saúde, educação e assistência social.
Coeficiente de Variação da Receita	$\frac{\sigma(RT_i)}{\mu(RT_i)}, i = 0,1,2,3.$	Quanto maior a variabilidade menos previsível é a receita tributária e, portanto, maior o risco de não execução.
Liquidez (Análise Balanço)		
Situação Financeira	$\frac{Ativo Financeiro}{Passivo Financeiro}$	Uma relação maior que 1 indica que há excesso de recursos que podem ser usados para cobertura de créditos adicionais
Liquidez Corrente	$\frac{Ativo Circulante}{Passivo Circulante}$	Quanto maior essa relação mais recursos em caixa para pagar as obrigações de curto prazo
Relação Receita Despesa		
Comprometimento da RCL com pagamento de Despesas Correntes	$100 * \frac{Despesa Corrente}{RCL}$	Quanto maior a relação menos recursos próprios para financiar investimentos realizados pelo município
Comprometimento da RCL com pagamento de Pessoal	$100 * \frac{Despesa Pessoal}{RCL}$	Quanto maior a relação maior o comprometimento da RCL para pagar despesa com pessoal
Financiamento das despesas de Capital com receitas de capital	$100 * \frac{Despesa de Capital}{Receita de Capital}$	Quanto maior essa relação maior a necessidade de recursos correntes para financiar as despesas de capital

3 Finanças Públicas dos Municípios Cearenses

3.1 As Receitas Municipais

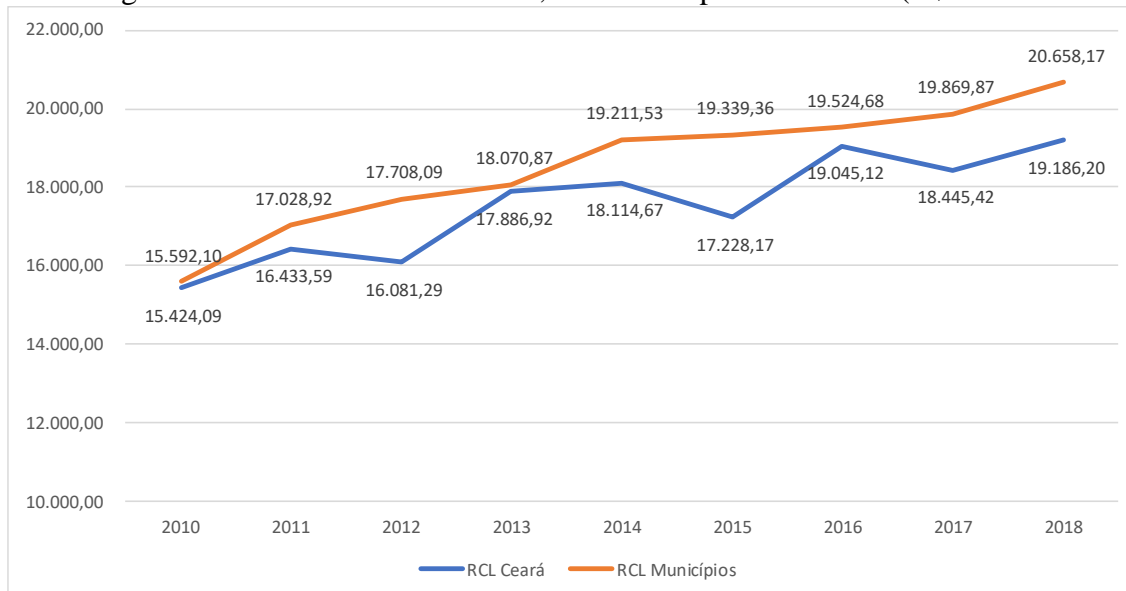
Esta seção tem por objetivo descrever, de forma sucinta, como se comportaram os grandes números das finanças públicas dos municípios cearenses no período de 2010 a 2018. Assim, na Figura 1 é apresentado o comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) dos municípios cearenses e, para comparação, do governo estadual.

Da observação da Figura 1 pode-se concluir alguns fatos interessantes, sendo o primeiro que as receitas municipais aparentam ter uma menor variabilidade do que as estaduais. Nesse sentido, constata-se que em vários momentos, mais especificamente nos anos de 2012, 2015 e 2017, as receitas estaduais apresentaram queda enquanto as municipais mantiveram sua tendência de alta.

O segundo fato, e reforçando o primeiro, é que as receitas municipais foram menos afetadas pelo período de crise da economia brasileira que, conforme o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos) (2017), durou 11 trimestres (2º trim. 2014 ao 4º trim. de 2016), as do governo estadual. O crescimento das receitas municipais de 0,67%, entre os anos de 2014 e 2015, e a redução de 4,89% das estaduais, em idêntico período, ilustra esse fato.

O terceiro fato refere-se ao maior crescimento das receitas municipais, comparativamente as estaduais, podendo-se afirmar que as receitas municipais aumentaram 32,5%, entre 2010 e 2018, enquanto as estaduais aumentaram 24,4%.

Figura 1: RCL do Estado do Ceará, dos Municípios Cearenses (R\$ 1.000.000 de 2018)

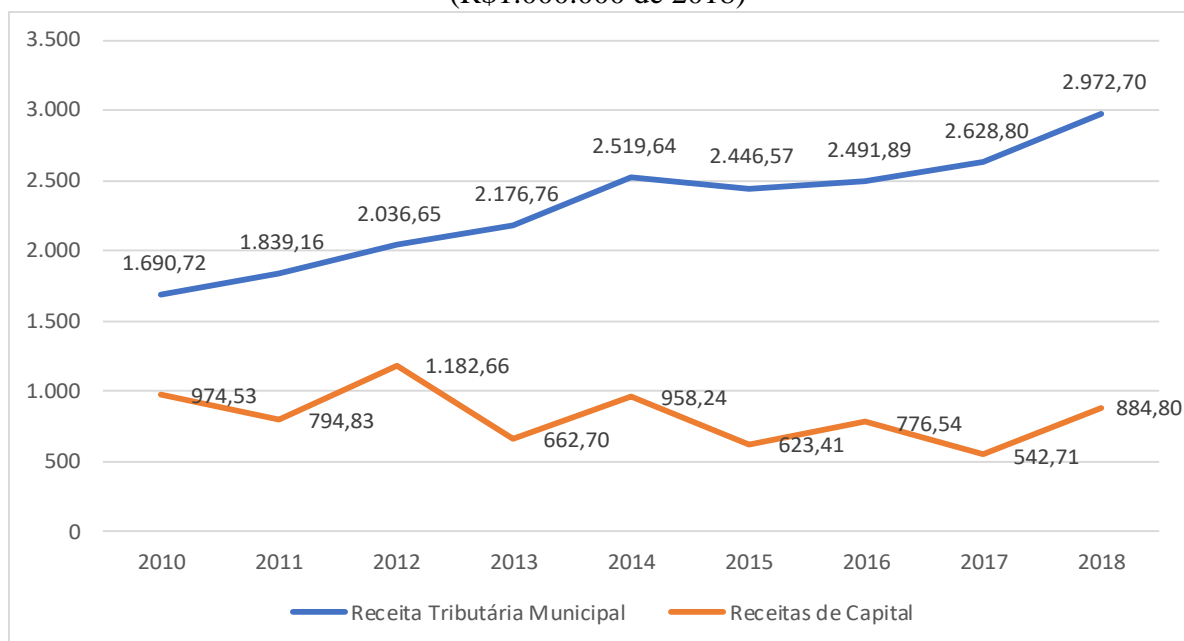


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Dado o comportamento da RCL dos municípios cearenses, torna-se interessante analisar suas duas principais fontes de receita corrente, que são as receitas tributárias e as de transferências. Relativamente as primeiras, que são apresentadas na Figura 2, constata-se, em todo o período em análise, uma nítida tendência de crescimento, tendo crescido, em termos reais, 75,8%, entre 2010 e 2018.

Figura 2: Receitas Tributárias e de Capital dos Municípios Cearenses
(R\$1.000.000 de 2018)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Ainda na Figura 2, é apresentada a evolução das receitas de capital dos municípios cearenses, sendo possível constatar que elas apresentaram tendência de queda entre os anos de 2010 e 2017, recuperando-se no ano de 2018. A redução dessas receitas é uma decorrência, entre outros fatores, da maior restrição, imposta pelo Governo Federal, a contratação de operações de crédito pelos entes subnacionais.

Apesar do notável crescimento das receitas tributárias dos municípios cearenses é importante ressaltar que eles possuem diferentes potenciais para aumentar sua arrecadação própria. Nesse sentido optou-se por analisar, ver Tabela 1, o comportamento dessa fonte de receita por faixa da população do município, pois espera-se que municípios mais populosos possuam maior capacidade de cobrar impostos.

Uma análise mais aprofundada da Tabela 1 constata-se que o maior crescimento relativo de arrecadação, entre os anos de 2010 e 2018, ocorreu entre os municípios que possuem população entre 50 e 100 mil habitantes e mais de 100 mil habitantes, sendo as receitas de 2018, nesses dois grupos de municípios, 115% superiores as de 2010. Conseqüentemente, a participação desses dois grupos na arrecadação tributária municipal saltou de 20,46% do total, em 2010, para 24,8%, em 2018.

Tabela 1: Receita Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018)

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Tributária									
Até 10.000	12,13	9,68	11,20	15,04	17,94	18,17	21,33	17,72	16,28
De 10.001 a 30.000	117,01	109,89	118,65	117,19	135,54	126,99	134,73	145,01	186,59
de 30.001 a 50.000	120,85	141,56	120,83	161,12	225,92	249,19	214,96	187,68	196,25
de 50.001 a 100.000	180,03	178,60	211,82	237,44	278,91	281,86	299,24	320,18	387,06
Acima de 100.000	165,87	185,67	223,75	240,16	277,59	237,33	274,87	317,98	356,28
Fortaleza	1.094,84	1.213,75	1.350,40	1.405,81	1.583,74	1.533,03	1.546,75	1.640,22	1.830,24
Total	1.690,72	1.839,16	2.036,65	2.176,76	2.519,64	2.446,57	2.491,89	2.628,80	2.972,70
 IPTU									
Até 10.000	0,21	0,17	0,15	0,37	0,54	0,49	0,54	0,49	0,92
De 10.001 a 30.000	2,27	2,53	2,43	3,00	3,66	3,56	3,21	4,13	8,04
de 30.001 a 50.000	2,79	2,73	3,03	3,81	3,27	3,36	3,83	4,74	11,74
de 50.001 a 100.000	18,11	19,48	21,19	23,64	31,00	39,50	43,40	49,02	80,21
Acima de 100.000	19,38	20,18	21,74	25,51	31,93	30,95	33,39	37,70	70,22
Fortaleza	254,93	257,86	270,83	282,74	388,00	385,34	421,86	446,53	510,69
Total	297,69	302,94	319,37	339,06	458,41	463,19	506,23	542,61	681,80
 ISSQN									
Até 10.000	6,13	5,36	5,28	7,25	10,81	11,47	14,10	11,17	8,22
De 10.001 a 30.000	59,77	49,47	52,23	52,11	62,44	58,68	60,02	59,91	83,25
de 30.001 a 50.000	84,50	100,69	75,73	111,54	173,11	194,19	162,75	124,92	126,34
de 50.001 a 100.000	88,99	81,11	99,20	106,51	133,54	131,07	139,74	132,26	164,25
Acima de 100.000	81,92	94,75	116,16	124,83	142,80	107,23	136,33	142,32	164,28
Fortaleza	580,59	640,58	701,91	699,98	762,06	728,24	725,04	770,55	839,42
Total	901,89	971,96	1.050,52	1.102,21	1.284,77	1.230,87	1.237,97	1.241,12	1.385,77
 ITBI									
Até 10.000	0,54	0,09	0,11	0,57	0,59	0,53	1,21	1,02	0,94
De 10.001 a 30.000	2,50	2,35	2,70	3,14	4,20	4,34	3,64	3,36	4,01
de 30.001 a 50.000	3,00	3,64	4,67	6,68	7,57	7,10	4,85	5,66	3,45
de 50.001 a 100.000	15,88	18,49	23,73	30,25	32,33	32,34	31,67	29,38	34,68
Acima de 100.000	12,22	15,54	19,89	21,25	26,25	24,59	21,71	22,98	14,05
Fortaleza	107,15	132,30	155,93	185,76	176,38	155,12	115,24	122,53	128,43
Total	141,28	172,41	207,02	247,64	247,34	224,03	178,32	184,93	185,56
 Outras Receitas Tributárias									
Até 10.000	5,25	4,07	5,66	6,86	6,01	5,67	5,48	5,05	6,20
De 10.001 a 30.000	52,47	55,54	61,30	58,95	65,23	60,41	67,86	77,61	91,29
de 30.001 a 50.000	30,56	34,50	37,40	39,08	41,97	44,54	43,54	52,36	54,73
de 50.001 a 100.000	57,05	59,52	67,70	77,04	82,03	78,95	84,44	109,53	107,92
Acima de 100.000	52,35	55,20	65,96	68,58	76,60	74,57	83,44	114,98	107,73
Fortaleza	152,17	183,02	221,72	237,34	257,29	264,33	284,61	300,61	351,71
Total	349,85	391,85	459,74	487,84	529,12	528,47	569,37	660,14	719,57

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Por outro lado, ainda na Tabela 1, constata-se que o município de Fortaleza, ao longo de todo período, concentrava a maior parte da arrecadação tributária dos municípios cearenses, porém essa participação caiu de 64,8%, em 2010, para 61,6%, em 2018.

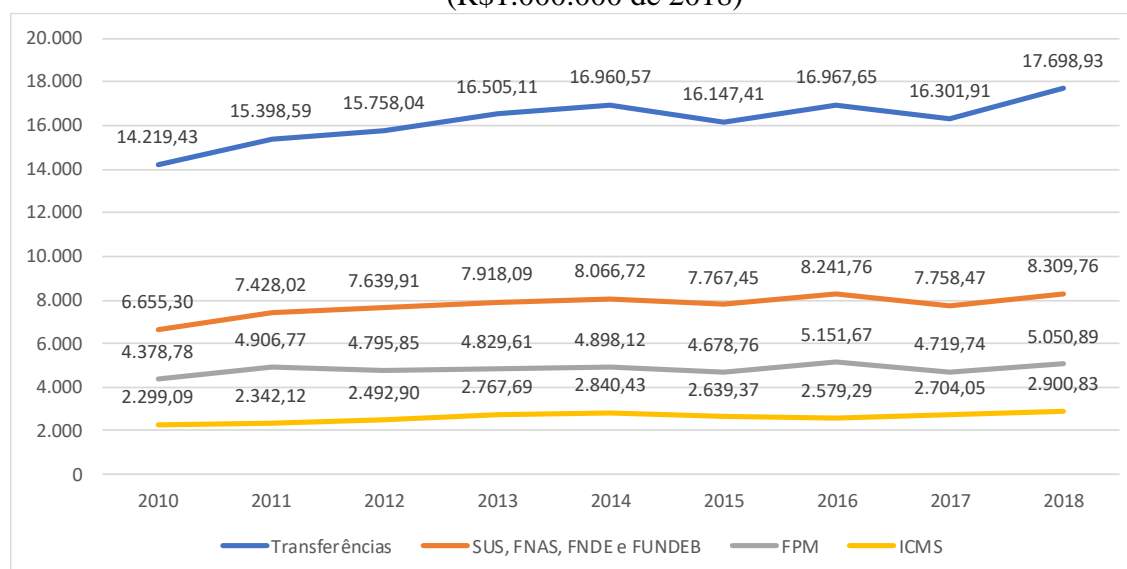
Comparando-se os dados da Figura 1 com os da Figura 2, constata-se, facilmente, que as receitas tributárias dos municípios cearenses, apesar de seu notável crescimento, representaram, em 2018, apenas 14,4% da RCL municipal. Assim, depreende-se que maior parte das receitas municipais (85,6%) são oriundas das transferências governamentais, que podem ser estaduais ou da União.

Outra característica das receitas de transferências é que elas podem ser destinadas a financiar gastos de áreas específicas, como saúde e educação, ou serem aplicados livremente pelos governos locais. Dessa forma, na Figura 3 são apresentadas as receitas de transferências dos municípios cearenses, bem como seus componentes principais. Uma primeira observação, que pode ser extraída da análise da Figura 3, é que as receitas de transferências de recursos vinculados (SUS, FNAS, FNDE e FUNDEB) correspondem a, aproximadamente, 48% do total transferido aos municípios cearenses entre os anos de 2010 e 2018.

Outro fato que deve ser destacado é que as receitas transferidas pelo FPM (Fundo de Participação dos Municípios) foi a que menos cresceu no período em análise, tendo aumentado 15,3% no período de oito anos. As transferências vinculadas e as de ICMS apresentaram desempenho superior, crescendo 24,8% e 26,2%, respectivamente.

Por outro lado, se for considerada a distribuição das transferências pela faixa populacional dos municípios cearenses, ver Tabela 2, constata-se que os municípios com população entre 30.000 e 100.000 habitantes foram beneficiados pelo maior crescimento dessa fonte de recursos, entre os anos de 2010 e 2018. Por outro lado, o município de Fortaleza foi o que registrou menor crescimento dessa fonte.

Figura 3: Receitas de Transferências e seus Principais Componentes para os Municípios Cearenses (R\$1.000.000 de 2018)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Relativamente as transferências de recursos vinculados constata-se que os municípios com mais de 100.000 habitantes tiveram um incremento, entre 2010 e 2018, de 30,9% dessas transferências, enquanto em Fortaleza a expansão foi de apenas 18,4%. Já o FPM, que apresentou o menor crescimento entre as

receitas de transferências, os municípios de 10.000 a 30.000 habitantes apresentaram o maior ganho de receitas, 25,5% no período em análise, e Fortaleza apresentou uma certa estabilidade nos volumes transferidos a título de FPM.

Por fim, as transferências do ICMS, constata-se que o maior crescimento, de 2010 a 2018, foi nos municípios que possuem entre 30.000 e 50.000 habitantes, com incremento de 79,6%. Mais uma vez, como nos casos das outras transferências, Fortaleza apresentou o pior desempenho com crescimento de 9,4% no período em análise.

Do exposto acima pode-se concluir, facilmente, que o município de Fortaleza perdeu participação relativa tanto nas receitas próprias como nas receitas de transferências, apesar de ainda concentrar parcela significativa dessas receitas. Por outro lado pode-se afirmar que, de uma forma geral, os municípios cearenses, no período de 2010 a 2018, apresentaram crescimento de receitas mas, considerando-se apenas esse aspecto, não seria possível afirmar que eles enfrentam um quadro fiscal adverso. Porém antes de emitir qualquer juízo de valor é necessário analisar a evolução das despesas municipais.

Tabela 2: Receitas de Transferências e Suas Principais Componentes para os Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rec Transferências									
Até 10.000	362	327	389	451	461	424	454	329	436
De 10.001 a 30.000	3.437	3.701	3.660	4.088	4.194	3.900	4.192	3.921	4.323
de 30.001 a 50.000	1.815	2.056	2.053	2.141	2.061	2.094	2.251	2.069	2.356
de 50.001 a 100.000	2.738	2.894	2.989	3.321	3.461	3.255	3.382	3.370	3.616
Acima de 100.000	2.331	2.566	2.612	2.721	2.835	2.713	2.818	2.732	2.894
Fortaleza	3.536	3.855	4.054	3.784	3.949	3.761	3.870	3.881	4.075
Total	14.219	15.399	15.758	16.505	16.961	16.147	16.968	16.302	17.699
SUS, FNDE, FNAS e FUNDEB									
Até 10.000	127	121	144	157	164	150	162	118	157
De 10.001 a 30.000	1.538	1.725	1.688	1.857	1.888	1.767	1.928	1.782	1.930
de 30.001 a 50.000	935	1.081	1.074	1.111	1.064	1.041	1.150	1.023	1.124
de 50.001 a 100.000	1.425	1.563	1.609	1.763	1.831	1.737	1.811	1.748	1.836
Acima de 100.000	1.164	1.335	1.380	1.450	1.487	1.466	1.512	1.442	1.524
Fortaleza	1.467	1.603	1.746	1.579	1.633	1.606	1.679	1.645	1.737
Total	6.655	7.428	7.640	7.918	8.067	7.767	8.242	7.758	8.310
FPM									
Até 10.000	148	135	157	177	180	171	200	131	173
De 10.001 a 30.000	1.356	1.499	1.423	1.589	1.621	1.544	1.693	1.513	1.659
de 30.001 a 50.000	633	736	717	728	697	713	780	689	758
de 50.001 a 100.000	809	870	871	933	961	921	973	954	982
Acima de 100.000	557	636	620	588	592	564	618	585	603
Fortaleza	876	1.031	1.007	815	847	766	889	847	876
Total	4.379	4.907	4.796	4.830	4.898	4.679	5.152	4.720	5.051
ICMS									
Até 10.000	61	62	65	88	97	86	80	68	86
De 10.001 a 30.000	357	354	374	445	455	428	419	439	481
de 30.001 a 50.000	146	158	169	192	191	193	220	231	262
de 50.001 a 100.000	347	345	386	430	440	416	404	460	500
Acima de 100.000	475	471	488	532	561	522	519	535	572
Fortaleza	914	952	1.011	1.080	1.096	996	938	972	1.000
Total	2.299	2.342	2.493	2.768	2.840	2.639	2.579	2.704	2.901

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

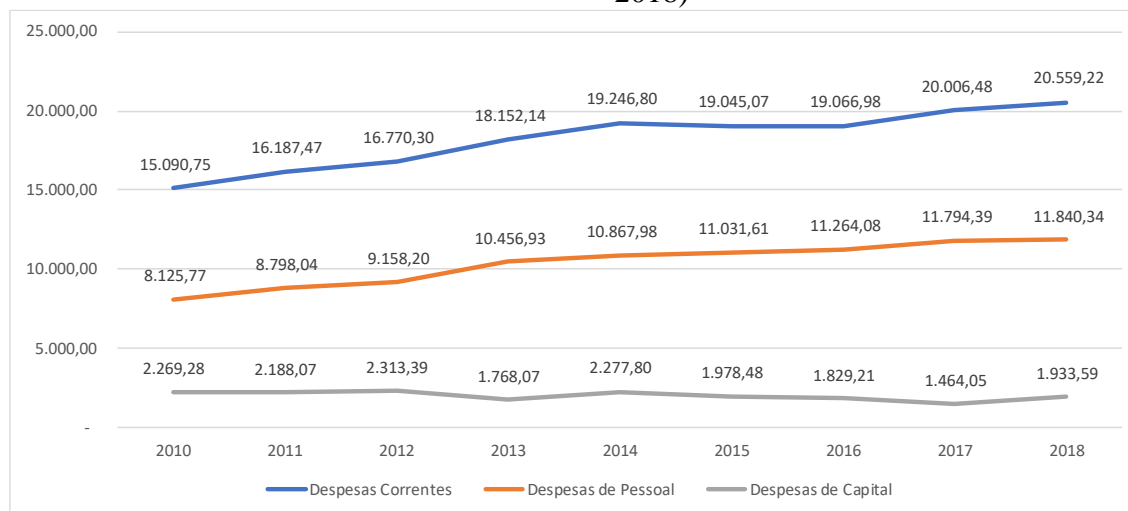
Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

3.2 As Despesas Municipais

Quanto as despesas dos municípios cearenses, o comportamento agregado das despesas correntes, de pessoal e de capital, no período de 2010 a 2018, é apresentado na Figura 4. Dessa forma constata-se que as despesas correntes, no período em análise, cresceram 36,2% e que sua principal componente, as despesas com pessoal, 45,7%. É importante destacar dois efeitos que são consequências do maior crescimento das despesas de pessoal, sendo o primeiro a menor disponibilidade de recursos para outros custeios e, o segundo efeito, a menor capacidade de realizar investimentos com recursos próprios.

De fato, quando se observa o comportamento das despesas de capital que, entre outros componentes estão as despesas de investimentos, percebe-se que elas decresceram 14,8%, sendo esse um indicador preocupante, dado que espera-se que as despesas de capital permitam que os municípios expandam ou melhorem os serviços públicos prestados aos munícipes.

Figura 4: Despesas Correntes, de Pessoal e de Capital dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000 de 2018)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Outro fato que se destaca, pela análise da Figura 4, é a expansão dos investimentos municipais nos anos de 2014 e 2018, que foram anos de eleição para governador e presidente da república, sugerindo que a maior despesa de capital, e por suposição de investimentos, pode estar relacionada a esse evento político.

Ao analisar-se a situação dos municípios cearenses por faixa populacional, ver Tabela 3, constata-se que houve crescimento das despesas correntes e de pessoal e decréscimo das despesas de capital em todas as faixas populacionais. Particularmente, chama atenção o crescimento de 52,4% das despesas de pessoal dos municípios que possuem entre 30.000 e 50.000 habitantes e a redução de 53,0% das despesas de capital nos municípios com menos de 10.000 habitantes.

Relativamente ao crescimento das despesas com pessoal, constatada pela inspeção da Figura 4 e Tabela 3, ressalte-se que os municípios, segundo a Constituição Federal, são responsáveis pelo provimento de serviços de educação infantil e ensino fundamental, cujas atividades são intensivas em mão de obra. Além disso, a Lei nº11.738/08 estabeleceu um piso salarial para o magistério. Dessa forma, o crescimento da despesa de pessoal dos municípios cearenses pode estar associado tanto a contratação de professores para atender a demanda por serviços de educação, como a adequação da política salarial local aos ditames da Lei do piso nacional. Identificar a contribuição de cada um desses fatores será objeto de investigação futura.

Tabela 3: Despesas Correntes, de Pessoal e de Capital dos Municípios Cearenses por Faixa Populacional (R\$1.000.000 de 2018)

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas correntes									
Até 10.000	318	278	342	401	420	409	397	423	403
De 10.001 a 30.000	3.145	3.305	3.334	3.743	3.909	3.791	3.827	4.024	4.147
de 30.001 a 50.000	1.768	1.926	1.995	2.105	2.130	2.256	2.256	2.330	2.365
de 50.001 a 100.000	2.753	2.838	3.039	3.328	3.666	3.617	3.716	3.892	3.988
Acima de 100.000	2.355	2.591	2.780	2.729	3.032	3.009	3.015	3.073	3.300
Fortaleza	4.751	5.250	5.280	5.845	6.090	5.964	5.857	6.265	6.357
Ceará	15.091	16.187	16.770	18.152	19.247	19.045	19.067	20.006	20.559
Pessoal									
Até 10.000	161	154	188	228	239	237	242	254	240
De 10.001 a 30.000	1.712	1.828	1.921	2.258	2.325	2.291	2.349	2.449	2.449
de 30.001 a 50.000	929	1.078	1.069	1.274	1.235	1.336	1.388	1.418	1.416
de 50.001 a 100.000	1.535	1.608	1.780	1.985	2.140	2.149	2.209	2.362	2.267
Acima de 100.000	1.243	1.388	1.533	1.490	1.581	1.662	1.657	1.674	1.785
Fortaleza	2.546	2.743	2.668	3.222	3.348	3.356	3.419	3.637	3.683
Ceará	8.126	8.798	9.158	10.457	10.868	11.032	11.264	11.794	11.840
Capital									
Até 10.000	82	59	66	44	51	42	38	21	38
De 10.001 a 30.000	584	479	560	361	500	386	363	247	456
de 30.001 a 50.000	321	300	331	194	312	280	273	144	312
de 50.001 a 100.000	362	382	423	252	391	298	331	154	329
Acima de 100.000	300	391	355	329	311	298	224	174	278
Fortaleza	621	577	579	588	713	675	600	409	520
Ceará	2.269	2.188	2.313	1.768	2.278	1.978	1.829	1.148	1.934

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Obs.: Preços corrigidos pelo IPCA.

Entretanto, conforme constatado anteriormente, as receitas dos municípios cearenses, entre 2010 e 2018, cresceram em ritmo inferior ao das despesas correntes que, por sua vez, cresceram menos do que as despesas de pessoal. Dessa forma, pode-se supor que está ocorrendo um efeito substituição nas despesas dos municípios, sendo a queda da despesa de capital um indicio desse efeito. Na seção seguinte será analisado, de forma mais detalhada, o comportamento dos indicadores fiscais dos municípios cearenses, buscando traçar um perfil mais detalhado da situação fiscal deles.

4 Apresentação dos Resultados

4.1 Alocação da Despesa

O primeiro indicador, do grupo de Alocação de Despesas, é a participação da despesa de pessoal na despesa corrente, sendo os resultados apresentados, de forma resumida, nas Tabelas 4 e 5 e na Figura 5. Como pode ser observado, tanto na Tabela 4 como Figura 5, a despesa com pessoal, em 2010, representava mais de 60% das despesas correntes em apenas 22 municípios cearenses tendo esse número aumentado para 87, em 2018. Deve-se frisar que o ano de 2016 registrou o maior número de municípios nessa situação.

Considerando-se os municípios por faixa populacional, ver Tabela 5, constata-se que os municípios com menos de 30.000 habitantes comprometiam mais de 59% das despesas correntes com pagamento de pessoal, sendo essa situação menos crítica entre os municípios com mais de 100.000 habitantes.

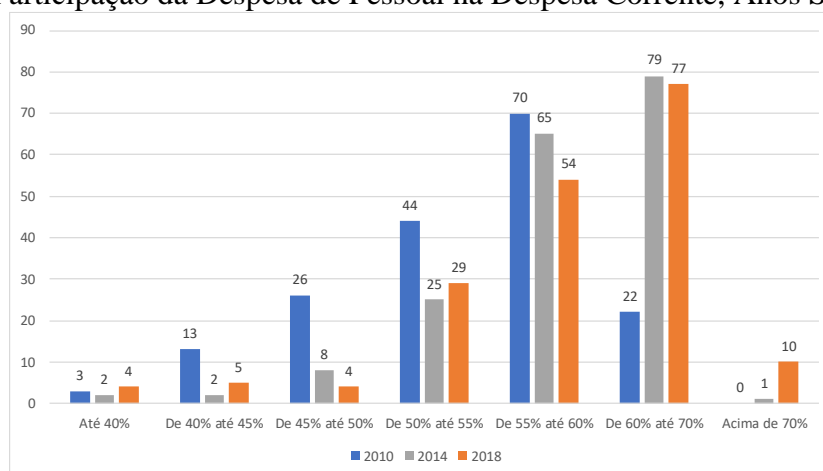
Como mencionado anteriormente, as despesas de pessoal constituem a principal despesa dos municípios brasileiros, que são responsáveis pela provisão de serviços educacionais à população. Assim, reforça-se a hipótese tecida anteriormente, em que os a contratação de professores e a política nacional de piso salarial para o magistério podem estar contribuindo para que os municípios comprometam cada vez mais recursos com despesas de pessoal.

Tabela 4: Número de municípios pela Participação das Despesas de pessoal na Despesa Corrente

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 40%	3	4	5	3	2	3	3	3	4
De 40% até 45%	13	8	5	1	2	1	3	3	5
De 45% até 50%	26	19	17	9	8	6	5	4	4
De 50% até 55%	44	38	25	19	25	25	16	15	29
De 55% até 60%	70	62	50	50	65	51	43	51	54
De 60% até 70%	22	36	67	98	79	93	102	96	77
Acima de 70%	0	3	2	4	1	5	11	12	10

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, elaboração própria.

Figura 5: Participação da Despesa de Pessoal na Despesa Corrente, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 5: Índice de Participação da Despesa de Pessoal na Despesa Corrente por Faixa de População (%)

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000	50,57	55,22	54,98	56,82	56,93	57,91	60,97	59,99	59,46
De 10.001 a 30.000	54,43	55,29	57,63	60,32	59,49	60,43	61,39	60,85	59,04
de 30.001 a 50.000	52,55	56,00	53,59	60,53	57,98	59,22	61,54	60,89	59,88
de 50.001 a 100.000	55,75	56,67	58,55	59,64	58,38	59,43	59,44	60,69	56,86
Acima de 100.000	52,80	53,56	55,13	54,59	52,14	55,24	54,96	54,49	54,11
Fortaleza	53,58	52,25	50,52	55,12	54,97	56,28	58,38	58,06	57,94
Média Ceará	53,85	54,35	54,61	57,61	56,47	57,92	59,08	58,95	57,59

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

No segundo indicador, do primeiro grupo, Participação das Despesas de Investimento na Despesa Total, cujos dados são apresentados nas Tabelas 6 e 7 e Figura 6, observa-se uma situação inversa ao do indicador anterior, isto é, constata-se a perda de relevância dos investimentos na despesa total, uma vez que, em 2010, 58 cidades investiam menos de 10% da sua despesa total e, 2018, 135 figuravam nessa condição.

Considerando-se a alocação dos investimentos dos municípios cearenses por faixa de população constata-se que os que menos gastam com investimentos são os que possuem população superior a 100.000 habitantes e Fortaleza, cuja despesa de investimento representavam, respectivamente, 6,7% e 6,0% da despesa total, em 2018. Ainda na Tabela 7 constata-se que houve redução em todas as faixas populacionais, entre 2010 e 2017, da participação dos investimentos nas despesas totais.

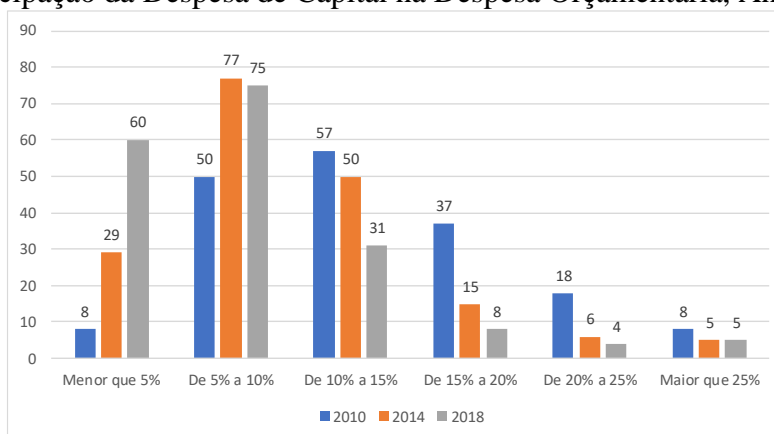
As evidências desses dois indicadores, elevação da participação das despesas de pessoal nas despesas correntes e redução dos investimentos na despesa total, reforçam a hipótese, aventada anteriormente, de que o crescimento das despesas com pessoal está limitando a capacidade de investimento dos municípios cearenses.

Tabela 6: Número de Municípios pela Participação da Despesa de Investimentos na Despesa Total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Menor que 5%	8	23	14	55	29	52	64	108	60
De 5% a 10%	50	60	54	88	77	83	72	60	75
De 10% a 15%	57	49	45	29	50	37	26	11	31
De 15% a 20%	37	22	36	9	15	8	13	5	8
De 20% a 25%	18	10	10	2	6	1	3	0	4
Maior que 25%	8	6	8	1	5	3	2	0	5
Total	178	170	167	184	182	184	180	184	183

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 6: Participação da Despesa de Capital na Despesa Orçamentária, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 7: Índice da Despesa de Capital na Despesa Orçamentária por Faixa de População (%)

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000	19,42	16,06	14,99	9,24	10,25	8,29	7,40	4,70	7,59
De 10.001 a 30.000	14,28	10,92	12,69	7,78	10,51	8,27	7,46	5,69	8,47
de 30.001 a 50.000	13,97	11,59	12,34	7,31	11,86	10,07	9,67	5,73	10,33
de 50.001 a 100.000	10,11	10,35	10,77	6,16	8,81	6,74	7,18	3,74	6,37
Acima de 100.000	9,98	10,24	10,12	9,85	8,25	7,80	5,56	5,28	6,70
Fortaleza	9,23	8,69	8,67	8,02	9,68	9,28	8,00	6,04	6,04
Média Ceará	11,39	10,18	10,69	7,86	9,72	8,45	7,54	5,35	7,25

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

4.2 Composição das Receita

O segundo grupo de indicadores, a Composição das Receitas, tem como objetivo identificar elementos da política fiscal relacionados a arrecadação tributária. No primeiro indicador escolhido, Indicador de Complexidade Tributária, os resultados são apresentados nas Tabelas 8 e 9 e na Figura 7. Deve-se lembrar, como explicado anteriormente, que quanto mais próximo de 1 mais a receita própria do município depende de um tributo específico, o que pode refletir uma limitada capacidade de instituir e cobrar impostos pelo poder público local.

Nesse sentido, ao analisar a Tabela 8 e Figura 7, constata-se que, durante todo o período de 2010 a 2018, mais de 100 municípios, em cada ano, apresentaram resultado superior a 0,6, sendo esse um indicativo de que a gestão tributária local está falhando em cobrar taxas dos seus municípios.

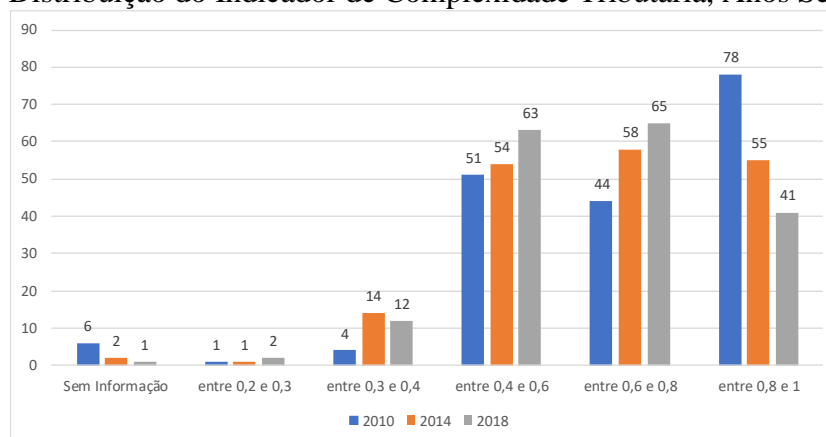
Quando a análise considera o tamanho da população, ver Tabela 9, constata-se que esse problema é mais evidente entre as cidades com menos de 50.000 habitantes, ou seja, pode-se conjecturar que esse é um problema mais evidente entre os municípios de pequeno porte, dado que a proximidade entre o contribuinte, que também é eleitor, e os representantes dos poderes executivos e legislativos locais podem representar uma dificuldade considerável para aprovação de elevação dos tributos cobrados localmente.

Tabela 8: Distribuição do Indicador de Complexidade Tributária

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	6	14	13	0	2	2	3	12	1
entre 0,2 e 0,3	1	0	0	1	1	4	0	0	2
entre 0,3 e 0,4	4	7	8	13	14	7	4	13	12
entre 0,4 e 0,6	51	46	50	60	54	51	57	58	63
entre 0,6 e 0,8	44	58	46	60	58	67	59	64	65
entre 0,8 e 1	78	59	67	50	55	53	61	37	41
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 7: Distribuição do Indicador de Complexidade Tributária, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 9: Indicador de Complexidade Tributária por Faixa de população

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000	0,72	0,86	0,81	0,74	0,79	0,79	0,76	0,72	0,63
De 10.001 a 30.000	0,76	0,70	0,69	0,69	0,69	0,67	0,67	0,61	0,55
de 30.001 a 50.000	0,79	0,81	0,72	0,76	0,81	0,84	0,83	0,76	0,71
de 50.001 a 100.000	0,45	0,42	0,45	0,42	0,44	0,42	0,43	0,40	0,37
Acima de 100.000	0,46	0,47	0,49	0,48	0,47	0,42	0,47	0,44	0,43
Fortaleza	0,45	0,45	0,44	0,43	0,42	0,43	0,44	0,44	0,43
Média Ceará	0,41	0,40	0,40	0,39	0,40	0,41	0,41	0,41	0,41

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

O segundo indicador, do grupo da Composição das Receitas, complementa o primeiro, permitindo identificar quanto da receita corrente é decorrente da receita tributária, sendo desejável que essa relação seja a mais alta possível. Nas Tabelas 10 e 11 e Figura 8 são apresentados os resultados desse indicador.

Na Tabela 10 e Figura 8 é possível identificar uma ligeira melhora na Independência Tributária dos municípios cearenses, dado que, entre os anos de 2010 e 2018, o número de cidades cuja receita tributária era superior a 10% das receitas correntes saltou de 6 para 14. Entretanto, deve-se frisar que em 169 localidades, em 2018, as receitas locais representavam menos de 10% das receitas correntes.

Quando a análise considera o tamanho da população, Tabela 11, constata-se, mais uma vez, o pequeno esforço tributário dos municípios cearenses, dado que apenas em Fortaleza observou-se um valor superior a 10%. É interessante observar que, ao menos no ano de 2018, seria de se esperar uma média maior entre os municípios com mais de 100.000 habitantes, porém, dado o resultado observado, pode-se

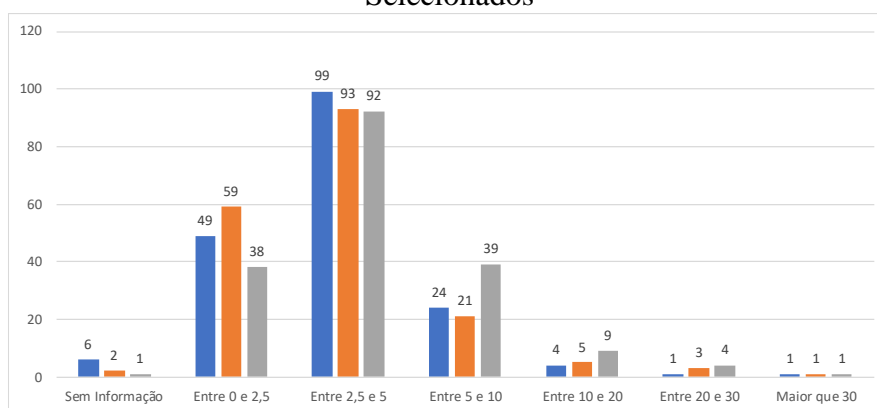
argumentar, por hipótese, que municípios com características sociais e econômicas semelhantes adotam diferentes níveis de esforço tributário. Essa hipótese deverá ser analisada em estudo específico para esse fim.

Tabela 10: Distribuição do Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	6	14	13	0	2	1	3	12	1
Entre 0 e 2,5	49	65	55	76	59	60	68	52	38
Entre 2,5 e 5	99	80	86	75	93	85	78	75	92
Entre 5 e 10	24	21	26	28	21	30	27	36	39
Entre 10 e 20	4	2	2	3	5	4	3	4	9
Entre 20 e 30	1	1	1	1	3	3	4	4	4
Maior que 30	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 8: Distribuição do Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 11: Indicador de Independência Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa de População (%)

Por tamanho da população	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	3,18	2,81	2,73	3,16	3,66	3,99	4,29	4,65	3,47
De 10.001 a 30.000 habitantes	3,19	2,80	3,04	2,71	3,02	3,01	2,95	3,27	3,95
de 30.001 a 50.000 habitantes	5,94	6,13	5,25	6,64	9,34	9,78	8,13	7,34	7,25
de 50.001 a 100.000 habitantes	5,74	5,39	6,10	6,18	6,88	7,15	6,13	7,53	8,64
Acima de 100.000 habitantes	6,06	5,94	6,93	7,46	7,85	7,09	7,71	8,86	9,85
Fortaleza	20,41	20,60	21,46	24,39	25,03	23,51	24,43	25,53	27,27
Média Ceará	4,99	4,80	5,15	5,39	6,25	6,29	5,85	6,50	7,14

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

No terceiro indicador do segundo grupo, Relação das Receitas de Capital com as Receitas Correntes, os resultados são apresentados nas Tabelas 12 e 13 e Figura 9, busca-se mensurar a dependência do município em financiar seus gastos com recursos de terceiros ou de venda de seu patrimônio. Assim, a partir da análise das Tabelas 12 e 13 e Figura 9, percebe-se que há uma redução sistemática desta relação, isto é, as receitas de capital dos municípios cearenses estão ficando, proporcionalmente, menores.

Considerando-se que a principal receita de capital dos municípios cearenses são as transferências de capital da União e do estado, nos anos de 2010 e 2018 elas representaram, respectivamente, 86,7% e 82,0% das receitas de capital, pode-se intuir que essa redução é decorrente, principalmente, da maior restrição orçamentária desses dois entes. Deve-se lembrar que esse tipo de transferência é voluntária e, portanto, está sujeita a cortes discricionários.

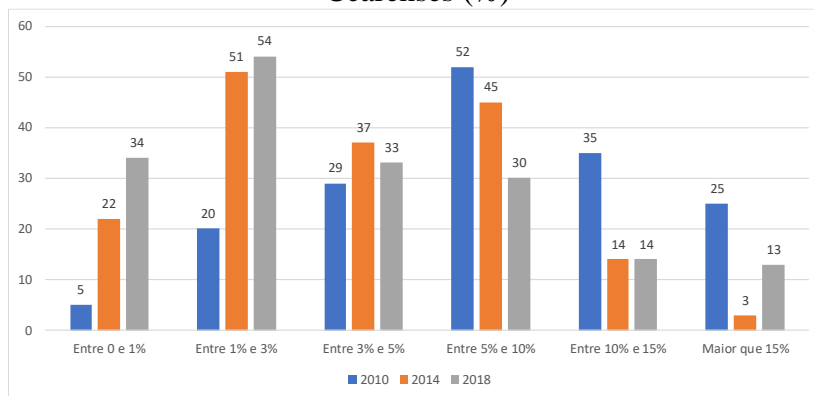
Outro fato relevante, percebido mais facilmente na Tabela 13, é que há um aumento nas receitas de capital nos anos para eleição de Governador de estado e Presidente da República, sugerindo a existência de um ciclo eleitoral nesse tipo de receita recebido pelos municípios.

Tabela 12: Distribuição do Indicador da Relação das Receitas de Capital com a Receita Corrente dos Municípios Cearenses (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Entre 0 e 1%	5	16	16	41	22	37	31	50	34
Entre 1% e 3%	20	42	29	63	51	53	54	63	54
Entre 3% e 5%	29	42	33	44	37	26	25	24	33
Entre 5% e 10%	52	48	46	19	45	43	25	22	30
Entre 10% e 15%	35	13	25	5	14	10	5	3	14
Maior que 15%	25	2	15	2	3	1	3	1	13
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 9: Distribuição do Indicador de Participação das Receitas de Capital dos Municípios Cearenses (%)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 13: Indicador de Participação das Receitas de Capital dos Municípios Cearenses por Faixa de População (%)

Por tamanho da população	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	11,02	5,56	7,88	3,06	3,86	4,00	3,08	3,21	6,02
De 10.001 a 30.000 habitantes	8,89	4,78	6,82	2,80	4,78	4,28	2,80	2,59	5,31
de 30.001 a 50.000 habitantes	6,92	4,09	7,84	3,32	4,53	4,17	3,11	2,02	4,96
de 50.001 a 100.000 habitantes	4,91	4,53	5,91	2,41	4,44	2,86	2,72	2,51	3,37
Acima de 100.000 habitantes	5,03	3,93	5,99	3,58	2,98	2,26	2,00	1,08	2,25
Fortaleza	3,26	3,74	4,85	4,14	5,21	1,99	5,48	3,41	3,56
Média Ceará	6,69	4,41	6,59	2,97	4,19	3,40	2,66	2,13	4,04

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

No quarto indicador, do segundo grupo, a Vinculação das Receitas de Transferências, tem por objetivo mensurar, de forma aproximada, o grau de liberdade que os gestores municipais possuem para alocar seus recursos orçamentários, sendo os resultados apresentados nas Tabelas 14 e 15 e na Figura 10.

Nesse indicador é possível destacar dois fatos interessantes, sendo o primeiro a observação de que na maioria dos municípios cearenses as transferências vinculadas representam entre 40% e 50% do total das transferências correntes, como pode ser verificado na Tabela 14.

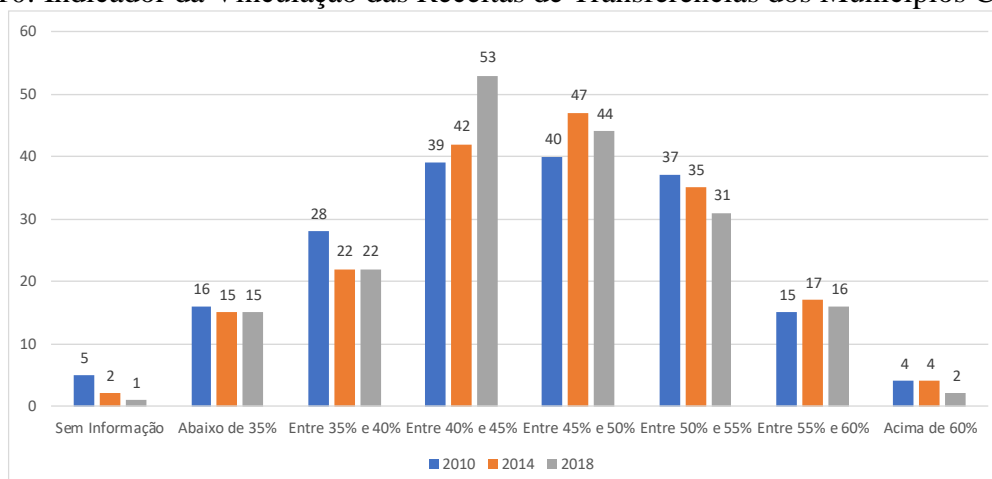
O segundo fato é que a maior dependência, relativamente as transferências vinculadas, é verificada nos municípios que possuem mais de 50.000 habitantes. Possivelmente isso é uma decorrência dos coeficientes do FPM serem, proporcionalmente, maiores para os municípios de menor população, essa hipótese será verificada em trabalho futuro.

Tabela 14: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	5	14	13	0	2	7	5	12	1
Abaixo de 35%	16	5	10	14	15	10	11	11	15
Entre 35% e 40%	28	20	18	20	22	18	13	20	22
Entre 40% e 45%	39	37	43	48	42	43	45	44	53
Entre 45% e 50%	40	41	36	44	47	43	41	46	44
Entre 50% e 55%	37	41	33	33	35	41	47	28	31
Entre 55% e 60%	15	22	25	20	17	16	17	19	16
Acima de 60%	4	4	6	5	4	6	5	4	2
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 10: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 15: Indicador da Vinculação das Receitas de Transferências dos Municípios Cearenses, por Faixa de população

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000	35,21	37,03	37,14	34,89	35,46	35,42	35,68	35,87	36,15
De 10.001 a 30.000	44,74	46,60	46,11	45,43	45,02	45,32	45,98	45,44	44,66
de 30.001 a 50.000	51,50	52,59	52,30	51,91	51,62	49,69	51,06	49,47	47,73
de 50.001 a 100.000	52,04	54,00	53,82	53,10	52,92	53,35	53,54	51,86	50,77
Acima de 100.000	49,92	52,04	52,81	53,30	52,44	54,04	53,66	52,79	52,68
Fortaleza	41,48	41,58	43,06	41,73	41,35	42,71	43,40	42,40	42,63
Média Ceará	46,80	48,24	48,48	47,97	47,56	48,10	48,57	47,59	46,95

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

O quinto e último indicador do segundo grupo, a variabilidade da Receita Tributária, é uma medida adimensional cujo cálculo considera a divisão do desvio padrão pela média da receita tributárias dos quatro últimos anos. Espera-se que uma menor variabilidade esteja associada a existência de uma estrutura burocrática e legal para a cobrança dos impostos locais.

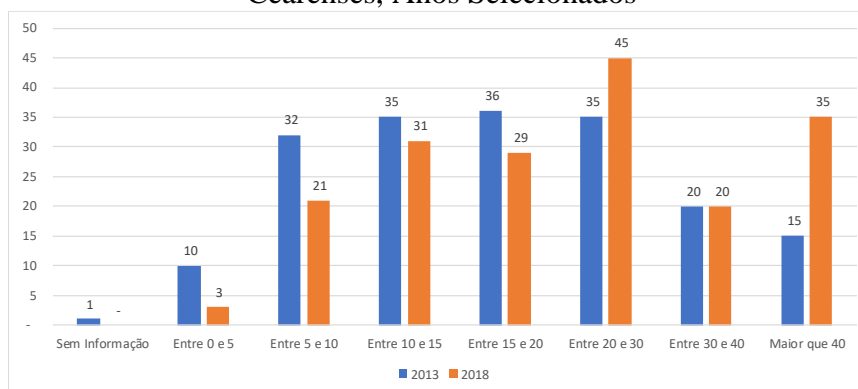
Analisando-se as Tabelas 16 e 17 e a Figura 11, a seguir, constata-se que, entre os anos de 2013 e 2018, houve um aumento do número de municípios com variabilidade maior do que 20 (isto é, o desvio padrão foi maior que 20% da média) de 70 municípios, em 2013, para 100, em 2018. Esse aumento do número de municípios com maior variabilidade da receita, juntamente com o Indicador de Independência tributária, é um indicativo de que a maioria dos municípios cearenses necessitam dedicar maiores esforços para a sua arrecadação própria.

Tabela 16: Distribuição do Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	1	-	-	-	-	-
Entre 0 e 5	10	14	11	14	16	3
Entre 5 e 10	32	25	40	39	26	21
Entre 10 e 15	35	42	38	41	35	31
Entre 15 e 20	36	30	26	25	29	29
Entre 20 e 30	35	42	35	27	31	45
Entre 30 e 40	20	20	17	19	17	20
Maior que 40	15	11	17	19	30	35
Total	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 11: Distribuição do Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 17: Indicador de Variabilidade da Receita Tributária dos Municípios Cearenses por Faixa de População

Por tamanho da população	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	16,27	24,05	18,07	12,29	7,85	10,03
De 10.001 a 30.000 habitantes	2,94	7,81	5,89	5,75	4,71	15,50
de 30.001 a 50.000 habitantes	12,30	24,25	26,95	15,18	10,08	11,14
de 50.001 a 100.000 habitantes	12,67	16,92	12,29	8,27	5,58	12,39
Acima de 100.000 habitantes	14,48	14,24	8,16	7,30	10,30	15,08
Fortaleza	9,57	9,56	6,40	4,42	2,63	7,25
Média Ceará	10,18	15,70	12,64	7,91	2,88	8,81

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3 Análise Balanço

O terceiro grupo de indicadores, relacionados a análise dos balanços orçamentários, busca identificar a situação de solvência dos municípios cearenses, tendo-se optado, inicialmente por calcular o Indicador de Situação Financeira que considera tanto o ativo como o passivo financeiro, que são créditos e valores realizáveis e a dívida fundada e outros pagamentos que não dependem de autorização orçamentária. Os resultados desse indicador são apresentados nas Tabelas 18 e 19 e Figura 12.

Com os dados da Tabela 18 e Figura 12 pode-se constatar que houve uma redução no número de municípios, de 116, em 2010, para 99, em 2018, em pior situação financeira, que são os que apresentaram resultado inferior a 1, isto é, para cada R\$ 1,00 de passivo financeiro havia menos que R\$ 1,00 de ativo financeiro. Por outro lado, a situação dos municípios em melhor situação, com resultado superior a 2, saltou de 15, em 2010, para 40, em 2018.

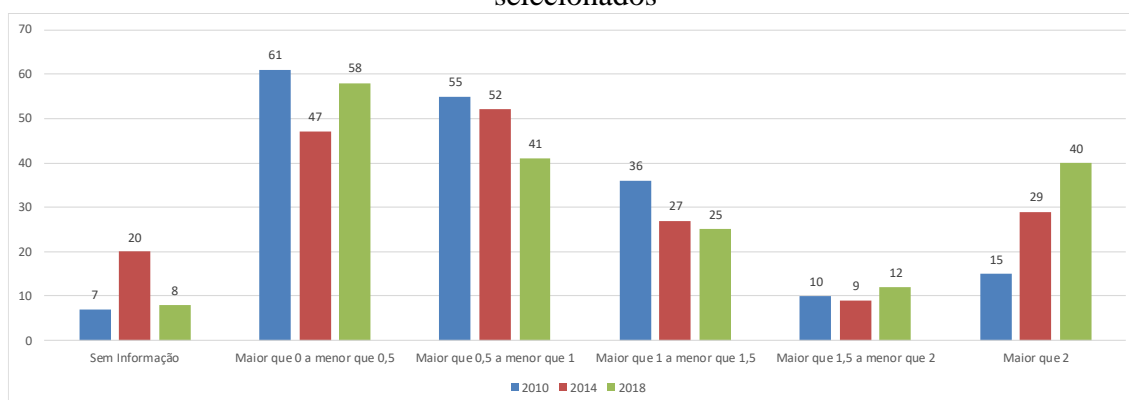
Pela análise da Tabela 19 constata-se, de forma adicional, que os municípios cearenses com menos de 30.000 habitantes, sistematicamente, apresentam a pior situação financeira, dado que, em média, eles apresentam valores menores que 1 nesse indicador. Por outro lado, chama a atenção a melhora verificada nos municípios que possuem entre 30.000 e 50.000 habitantes, cujo indicador evoluiu de 0,83, em 2010, para 1,41, em 2018. Ou seja, saíram da situação de insolvência no período de 8 anos.

Tabela 18: Distribuição do Indicador da Situação Financeira dos Municípios Cearenses

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	7	14	13	5	20	14	17	17	8
Maior que 0 a menor que 0,5	61	51	74	57	47	48	35	53	58
Maior que 0,5 a menor que 1	55	52	35	52	52	61	41	42	41
Maior que 1 a menor que 1,5	36	34	14	32	27	15	29	18	25
Maior que 1,5 a menor que 2	10	16	8	11	9	15	14	18	12
Maior que 2	15	17	40	27	29	31	48	36	40
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 12: Distribuição do Indicador da Situação Financeira dos Municípios Cearenses, anos selecionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 19: Indicador da Situação Fin. dos Mun. Cearenses, por Faixa de População

Por tamanho da população	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	0,56	0,63	0,36	2,35	0,80	0,88	1,09	0,50	0,58
De 10.001 a 30.000 habitantes	0,72	0,73	0,75	2,40	0,79	0,86	1,35	0,78	0,66
de 30.001 a 50.000 habitantes	0,83	0,92	0,90	2,64	1,24	1,28	1,92	1,27	1,41
de 50.001 a 100.000 habitantes	1,07	1,28	1,45	2,92	1,60	1,68	2,30	1,73	1,61
Acima de 100.000 habitantes	1,25	1,55	1,62	2,96	2,20	2,21	3,25	2,37	1,36
Fortaleza	2,98	3,64	10,12	2,71	2,00	2,20	7,08	4,50	7,75
Média Ceará	1,31	1,49	1,78	2,69	1,53	1,62	2,65	1,64	1,42

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto ao segundo indicador da análise de balanços, a Liquidez Corrente, deve-se mencionar que esperam-se resultados semelhantes ao da Situação Financeira, porém ele só é reportado nos balanços de 2014 em diante, limitando sua análise, e refere-se aos ativos e passivos realizáveis no curto prazo. Os resultados desse indicador são apresentados nas Tabelas 20 e 21 e Figura 13.

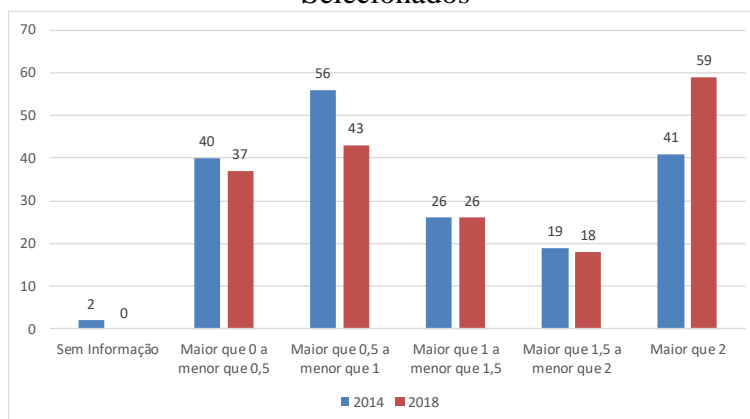
Como esperado, o Indicador de Liquidez Corrente apresenta comportamento similar ao da Situação Financeira, dado que houve uma redução do número de municípios com situação de liquidez inferior a 1 e aumento do número de municípios com situação superior a 2, entre os anos 2014 e 2018. Assim como no indicador anterior, verifica-se que os municípios com menos de 30.000 habitantes encontram-se em situação ilíquida, isto é, que os ativos de curto prazo são insuficientes para saldar os passivos de curto prazo.

Tabela 20: Distribuição do Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses

	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	2	1	1	5	0
Maior que 0 a menor que 0,5	40	40	57	40	37
Maior que 0,5 a menor que 1	56	55	55	46	43
Maior que 1 a menor que 1,5	26	26	24	26	26
Maior que 1,5 a menor que 2	19	20	13	11	18
Maior que 2	41	42	34	56	59
Total	184	184	184	184	183

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 13: Distribuição do Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses, Anos Selecionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 21: Indicador de Liquidez Corrente dos Municípios Cearenses, por Faixa de População

Por tamanho da população	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	0,85	0,66	0,54	0,98	0,94
De 10.001 a 30.000 habitantes	0,95	0,98	0,65	0,98	0,98
de 30.001 a 50.000 habitantes	1,35	1,41	1,28	1,30	1,71
de 50.001 a 100.000 habitantes	1,54	2,01	1,26	1,56	1,86
Acima de 100.000 habitantes	2,63	2,54	1,66	3,81	2,99
Fortaleza	2,13	2,94	4,27	4,51	2,95
Média Estado	1,67	1,86	1,36	1,86	1,86

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

4.4 Relação Despesa e Receita

O primeiro indicador do quarto grupo, a relação da despesa corrente com a RCL, tem por objetivo mensurar, de forma aproximada, o comprometimento do orçamento municipal com as despesas obrigatórias, ou seja, quanto maior o indicador menor a capacidade do município de financiar seus investimentos com recursos próprios. Os resultados são apresentados nas Tabelas 22 e 23 e na Figura 14.

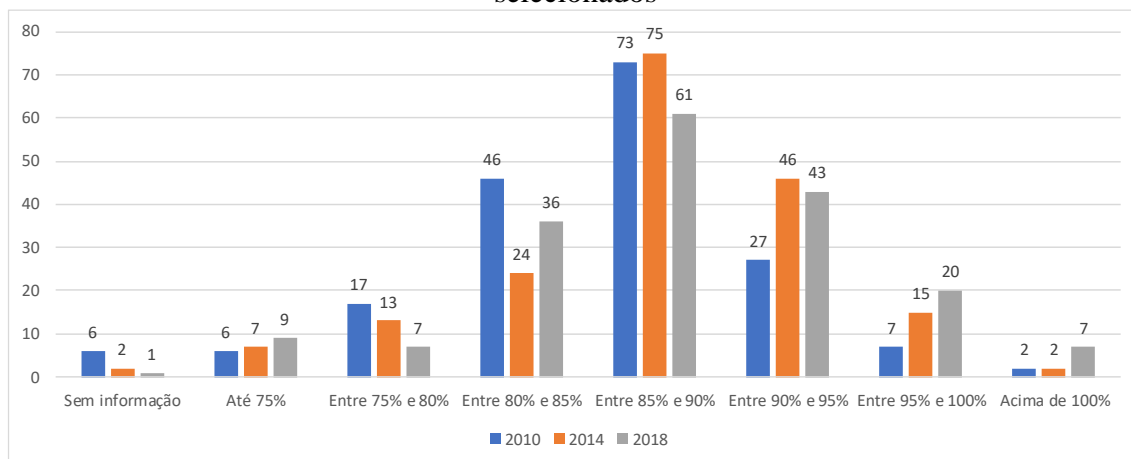
Como pode ser observado, na Tabela 22 e Figura 14, há um significativo crescimento no número de municípios que comprometiam mais de 90% de sua RCL com pagamento das despesas correntes, uma vez que, em 2010, 36 municípios estavam nessa situação, tendo esse número aumentado para 70, em 2018. É interessante observar que, em 2018, essa situação era mais crítica entre os municípios com mais de 100.000 habitantes.

Tabela 22: Distribuição Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearense

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem informação	6	22	13	0	2	1	3	3	1
Até 75%	6	52	8	7	7	4	14	14	9
Entre 75% e 80%	17	52	18	15	13	9	36	9	7
Entre 80% e 85%	46	35	54	51	24	31	54	33	36
Entre 85% e 90%	73	14	56	65	75	69	53	51	61
Entre 90% e 95%	27	8	19	29	46	50	19	39	43
Entre 95% e 100%	7	1	12	14	15	9	4	16	20
Acima de 100%	2	0	4	3	2	11	1	19	7
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 14: Distribuição Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearense, anos selecionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 23 Relação Despesa Corrente e RCL dos Municípios Cearense, por Faixa de População

Habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000	83,37	80,80	83,49	84,14	85,65	89,76	79,68	110,88	85,86
De 10.001 a 30.000	85,86	84,12	85,35	86,43	87,18	89,78	83,72	90,62	87,75
de 30.001 a 50.000s	86,95	83,35	86,68	86,70	88,02	88,54	85,29	91,16	87,43
de 50.001 a 100.000	90,22	88,27	90,05	86,61	90,41	91,78	76,11	91,52	89,03
Acima de 100.000	86,02	82,83	86,14	84,72	85,72	89,89	84,53	85,61	91,24
Fortaleza	88,56	89,08	83,90	101,43	96,26	91,47	92,52	97,51	94,72
Média Ceará	87,57	86,01	85,94	90,48	90,31	90,55	84,77	92,43	90,54

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Outra forma de analisar o grau de comprometimento das receitas com pagamento de despesas obrigatórias é analisar a razão da despesa de pessoal com a RCL, que quanto maior a relação menos recursos o município possui para o pagamento de outras despesas. Os resultados encontrados são apresentados nas Tabelas 24 e 25 e Figura 15.

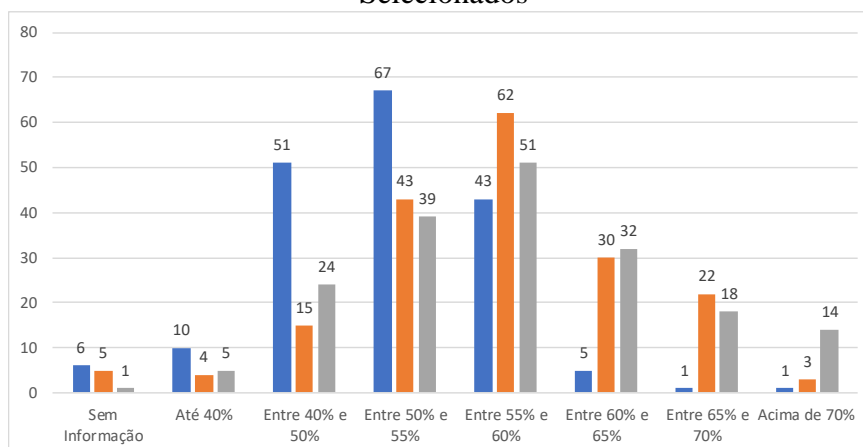
O que se observa, na Tabela 24 e Figura 15, é o nítido crescimento do número de municípios que comprometem mais de 55% de sua RCL com a despesa de pessoal, que aumentou de 50, em 2010, para 115, em 2018. Nesse sentido, ver Tabela 25, constata-se, entre 2010 e 2012, uma ligeira melhoria na relação da despesa com pessoal e a RCL, entretanto, de 2013 em diante, esse indicador apresenta comprometimento de, aproximadamente, 52% da RCL.

Tabela 24: Distribuição da Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Mun. Cearenses

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	6	22	13	3	5	0	6	5	1
Até 40%	10	18	8	2	4	3	5	5	5
Entre 40% e 50%	51	81	35	5	15	10	16	18	24
Entre 50% e 55%	67	46	49	5	43	37	44	28	39
Entre 55% e 60%	43	13	49	34	62	69	65	47	51
Entre 60% e 65%	5	3	23	65	30	36	24	31	32
Entre 65% e 70%	1	0	3	40	22	20	16	25	18
Acima de 70%	1	1	4	30	3	9	8	25	14
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Figura 15: Distribuição da Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Municípios Cearenses, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 25: Relação Despesa com Pessoal e RCL dos Municípios Cearenses, por Faixa Populacional

Por tamanho da população	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	47,28	45,61	46,11	51,15	50,73	52,55	55,64	55,94	54,28
De 10.001 a 30.000 habitantes	52,24	48,29	49,34	55,02	52,75	54,85	56,07	56,36	53,19
de 30.001 a 50.000 habitantes	49,89	48,45	45,96	55,42	50,56	52,69	54,90	56,56	52,91
de 50.001 a 100.000 habitantes	55,26	49,94	51,40	55,45	52,75	54,90	54,57	57,51	52,52
Acima de 100.000 habitantes	49,79	46,54	48,88	48,72	47,29	50,26	51,16	50,93	49,91
Fortaleza	52,62	47,07	45,53	50,08	49,21	50,56	52,95	53,73	53,56
Média Estado	52,11	47,88	47,99	52,49	50,49	52,47	53,90	54,93	52,64

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

No terceiro indicador do quarto grupo, a relação da despesa de capital com a receita de capital, tem um caráter complementar ao primeiro desse grupo, a relação da despesa corrente com a RCL. Nesse sentido, quanto maior o indicador mais o município depende de seus recursos correntes para despesas de capital, como por exemplo, os investimentos. Os resultados são apresentados nas Tabelas 26 e 27 e Figura 16.

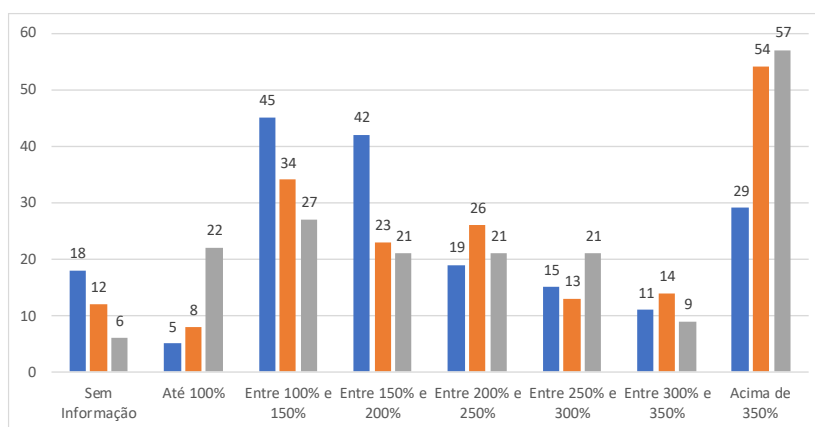
Como se observa na Tabela 26 há um nítido crescimento do número de municípios cujas despesas de capital dependem cada vez menos de receitas de capital e um incremento no número de municípios em que a despesa de capital é inferior a receita de capital. Deve-se ressaltar que ambas situações são preocupantes, dado que a primeira é um indicativo de que o município está perdendo receitas de transferências voluntárias, da União ou do Estado, e/ou empréstimos, sinalizando uma maior dificuldade na articulação com outras esferas administrativas e, no segundo caso, uma clara indicação de que há municípios cearenses que estão desfazendo-se de patrimônio para pagar despesas correntes.

Tabela 26: Distribuição da Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem Informação	18	21	24	10	12	14	41	21	6
Até 100%	5	4	10	5	8	15	9	8	22
Entre 100% e 150%	45	11	26		34	20	21	21	27
Entre 150% e 200%	42	29	29	21	23	27	24	18	21
Entre 200% e 250%	19	27	29	26	26	18	13	21	21
Entre 250% e 300%	15	18	8	13	13	15	15	10	21
Entre 300% e 350%	11	11	13	17	14	12	13	15	9
Acima de 350%	29	63	45	75	54	63	48	70	57
Total	184	184	184	184	184	184	184	184	184

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Figura 16: Distribuição da Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses, Anos Seleccionados



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 27: Relação Despesa de Capital com Receita de Capital dos Municípios Cearenses, por Faixa Populacional

Por tamanho da população	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 10.000 habitantes	194,60	306,52	203,88	304,33	270,60	228,82	247,88	250,09	136,11
De 10.001 a 30.000 habitantes	180,29	255,02	210,10	297,92	233,11	213,46	284,36	278,71	181,77
de 30.001 a 50.000 habitantes	228,10	317,70	183,59	240,83	284,62	263,34	331,48	345,85	232,54
de 50.001 a 100.000 habitantes	244,10	261,06	208,96	271,70	216,97	264,48	249,30	201,50	218,12
Acima de 100.000 habitantes	218,05	318,08	183,81	285,78	295,16	393,80	313,60	556,07	341,55
Fortaleza	355,41	261,63	189,67	246,40	216,16	520,39	172,94	230,88	217,44
Média Ceará	234,64	276,51	196,09	266,80	237,71	317,36	235,56	269,77	218,53

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

5 Considerações Finais

Esse ensaio teve por objetivo analisar a evolução da situação fiscal dos municípios cearenses entre os anos de 2010 e 2018 tendo-se evidenciado a deterioração dos seus indicadores fiscais ao longo desse período. Dado que o crescimento das receitas municipais, que superou ao verificado nas estaduais, foi

inferior ao das despesas correntes, depreende-se facilmente que essa deterioração decorre, principalmente, pelo aumento dos gastos.

Outro ponto que se destacou na análise anterior foi a dependência dos municípios cearenses das transferências de outras esferas de governo, especialmente àquelas relacionadas ao FPM. Entretanto, deve-se mencionar que os indicadores apresentados permitiram constatar que houve um aumento da participação da arrecadação própria nas fontes de recursos dos municípios cearenses, embora, em muitos casos, o esforço arrecadatário concentre-se em um tipo de imposto.

É importante ressaltar que o baixo esforço de arrecadação própria, aliado ao maior crescimento das despesas correntes, vis-à-vis ao das receitas, é uma importante restrição aos municípios cearenses, limitando sua capacidade de investimentos em infraestrutura, entre outros equipamentos públicos, e a capacidade deles de proverem políticas públicas para a população local.

6 Referencial Bibliográfico

- ARAÚJO**, Jevuks M., **SIQUEIRA**, Rozane B. *Demanda Por Gastos Públicos Locais: Evidências Dos Efeitos De Ilusão Fiscal No Brasil*. Estud. Econ. vol.46 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016.
- HOFFMAN**, Rodolfo. *Estatística Para Economistas*. Thomson Pioneira, 3º Edição. 1998.
- KOHAMA**, Helio. *Balanços Públicos: Teoria e Prática*. Editora Atlas S.A., 2º Edição, São Paulo. 2006.
- MATTOS**, Enlinson, **ROCHA**, Fabiana, **NOVAES**, Lucas, **AVARTE**, Paulo, **ORELLANO**, Verônica. *Economias de Escala na Oferta de Serviços Públicos de Saúde: Um Estudo para os Municípios Paulistas*. *Economia*, Brasília(DF), v.10, n.2, p.357–386, mai/ago 2009
- RIANI**, Flávio. *Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória*. Editora Atlas S.A., 4º Edição, São Paulo. 2002.
- SOUZA**, Kleber M. de. *Efeitos da Arrecadação Tributária e dos Gastos Públicos em Serviços de Saúde dos Municípios de Pernambuco*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – FGV. Rio de Janeiro. 2012.
- TEIXEIRA**, Régis C. *Demanda por Gastos Públicos Locais: Evidências dos Efeitos da Ilusão Fiscal no Estado de Ceará*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – UFC. Fortaleza. 2018.
- TIEBOUT**, Charles M.. *A Pure Theory of Local Expenditures*. *Journal of Political Economy*, LXIV, October. 1956.